
Município de Alpiarça

Órgão: Assembleia Municipal

Proposta de Ata N.º 03

MANDATO 2025 - 2029

26 de fevereiro de 2026

Assunto: Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Início da reunião: 18h48m	Término da reunião: 21h00
----------------------------------	----------------------------------

Presidente:

Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira

Secretários

Vânia Cristina Gandra Almeida Martins Cardoso:

Pedro Gonçalo Fidalgo Neves

Deputados:

1. Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira (Partido Socialista) -----
2. Ricardo Manuel Arranzeiro Hipólito (Coligação Democrática Unitária) -----
3. António Pedro Arranzeiro Paulino (Partido Socialista) -----
4. Joana Arsénio Freilão Pinhão Saraiva Marques (Partido Socialista) -----
5. João Pedro Antunes Osório (Coligação Democrática Unitária) -----
6. Ricardo David Marques Pedro (Chega) -----
7. Ana Rodrigues de Almeida (Coligação Democrática Unitária) -----
8. João Pedro Jerónimo Bernardino (Partido Socialista) -----
9. Vânia Cristina Gandra Almeida Martins Cardoso (Partido Socialista) -----
10. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (Coligação Democrática Unitária) -----
11. Bruno Alexandre Cardigo dos Santos Cunha (Partido Socialista) -----
12. Pedro Gonçalo Fidalgo Neves (Partido Socialista) -----
13. Miguel Ângelo Félix Miranda (Coligação Democrática Unitária) -----
14. Ana Paula Varela Santos Pronto (Chega) -----
15. Ana Margarida Freilão Marques (Partido Socialista) -----
16. Jorge Manuel Pereira da Costa (Representante da Junta de Freguesia) -----

Executivo Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
João Luís da Graça Formiga
Jorge Manuel Claudino de Freitas
Mário Fernandes Atracado Pereira
Fernanda Maria Coutinho Precaté Amorim Cardigo

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- **Ponto 01 – Informação escrita da Sra. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 02 – Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso 2025. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 03 – Aprovação do Mapa de Demonstração Orçamental (DDORC) – 2025. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 04 – Modificação Orçamental – Revisão Orçamental n.º 1. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 05 – Relatório Anual 2025 da CPCJ de Alpiarça. Para conhecimento.** -----

- Ponto 06 – Plano de Atividades 2026 da CPCJ de Alpiarça. Para conhecimento. -----
- Ponto 07 – Leitura, discussão e votação das Atas da Assembleia Municipal realizadas nos dias 29 de dezembro de 2025 e 12 de janeiro de 2026. Para deliberação. -----
- Ponto 08 – Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação. -----
- Moção que pede ao Governo a criação e disponibilização urgente de medidas e linhas de apoio financeiro que permitam compartilhar os custos de recuperação dos danos causados pela intempérie, apresentado pelo senhor Deputado Celestino Brasileiro, da Bancada da CDU. -----
- Moção pela Integração de todos os Municípios Afetados no Estado de Calamidade e pela Aplicação Universal dos Apoios Extraordinários, apresentada pela Bancada do PS. -----
- Moção de Congratulação pela eleição de António José Seguro para Presidente da República, apresentada pelo senhor Deputado António Paulino, da Bancada do PS. -----
- Moção de congratulação pela excelência desportiva da modalidade de Ciclismo do Clube Desportivo “Os Águias” de Alpiarça, apresentada pelo senhor Deputado Bruno Cunha, da Bancada do PS. -----
- Moção de Solidariedade e Reconhecimento para com todos os munícipes, instituições, associações e agentes económicos afetados pelas recentes condições meteorológicas adversas que atingiram o país e que também se fizeram sentir de forma significativa no concelho de Alpiarça, apresentada pela senhora Deputada Ana Marques, da Bancada do PS. -----
- A sessão foi aberta pela senhora Presidente da Assembleia Municipal (AM) eram dezoito horas e quarenta e oito minutos. -----
- A senhora Presidente da AM começou por informar que o senhor Deputado Artur Jorge Fernandes Sanfona está a ser substituído, nesta Assembleia, pela senhora Deputada Ana Margarida Freilão Marques, e que a senhora Deputada Maria Carolina Costa Ramiro Nunes Pereira está a ser substituída pelo senhor Deputado Miguel Ângelo Félix Miranda, estando ausente a senhora Deputada Ana Paula Varela Santos Pronto.
- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----
- A senhora Presidente da Assembleia Municipal (AM) deu início ao primeiro período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições e dando a palavra aos munícipes que manifestaram a sua intenção de intervir. -----
- Foi dada a palavra ao senhor Munícipe Paulo Bento, que indagou acerca do ponto de situação da estrada do campo e de outras vias cujo trânsito estava cortado ou condicionado na sequência das recentes intempéries. -----
- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, que como esclarecimento prévio, justificou o atraso no início da sessão da Assembleia Municipal com o facto de ter considerado de extrema relevância marcar presença na cerimónia do Mirante, que homenageou o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça como

Personalidade do Ano na cultura, pelo que agradeceu a compreensão de todos os membros da Assembleia. Relativamente à questão suscitada pelo munícipe Paulo Bento, salientou que a Estrada Nacional 368, vulgo estrada do campo, possui uma quota inferior e características distintas da via entre Almeirim e Tapada, sendo mais suscetível a inundações, e tendo maior dificuldade no posterior escoamento da água. Referiu que à medida que as condições meteorológicas foram melhorando e a água foi escoando, a autarquia iniciou um procedimento para limpeza e remoção de destroços da estrada, a qual ficou praticamente desobstruída, com recurso à ação dos funcionários e maquinaria da Câmara Municipal. Revelou que a queda de algumas árvores junto à estrada teve um efeito nefasto, visto que estas danificaram parte de aquedutos de acesso às propriedades, e até um troço da própria estrada, onde se verificou necessário tomar medidas para repor a segurança da circulação. Explicou que embora da parte do Município de Alpiarça estivessem reunidas todas as condições para proceder à reabertura desta estrada, o Município de Almeirim solicitou mais um dia para concluir os procedimentos de limpeza que lhe competem. Relativamente a outras vias de comunicação, enfatizou o impacto nocivo que as tempestades e o consequente excesso de água nos solos teve nas estruturas de várias estradas ou caminhos rurais, alguns destes totalmente intransitáveis, carecendo de uma intervenção mais profunda, que eventualmente irá além daquilo que é a capacidade própria dos recursos do Município. Ressalvou, no entanto, que foi efetuado um levantamento exaustivo, com quantificação detalhada dos danos provocados, sendo intenção da Câmara Municipal submeter candidaturas para a recuperação destas vias, sobretudo para aqueles casos em que o investimento seja de maior dimensão. --- Não se registando mais pedidos de intervenção neste período, a Assembleia entrou no Período antes da ordem do dia. -----

--- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- Aberto este período, a senhora Presidente da AM começou por dar a palavra à senhora Deputada Joana Marques, que colocou algumas questões ao Executivo, na sequência das tempestades que assolaram o país, e considerando que o Concelho de Alpiarça foi finalmente abrangido pelo recente Despacho n.º 2289-A, de 24 de fevereiro, que incluiu o concelho nos territórios em estado de calamidade decretada. Assim, e em primeiro lugar, questionou se o Executivo da Câmara Municipal já conseguiu determinar e qualificar, com algum grau de rigor, as principais consequências que estes fenómenos extremos provocaram no concelho, nomeadamente o impacto no setor empresarial local, no comércio, nas pequenas e médias empresas, nas unidades industriais e no setor agrícola, tão importante para o território, designadamente ao nível de equipamentos, sistemas de rega, armazéns e infraestruturas de apoio. Em relação à população em geral, também perguntou se foi efetuado um levantamento sobre habitações afetadas, perda de bens e situações de maior vulnerabilidade social que possam ter emergido. Também indagou acerca do impacto das recentes intempéries em equipamentos e infraestruturas municipais, incluindo vias, espaços públicos, equipamentos desportivos ou culturais e estabelecimentos escolares. Depois, e atendendo ao impacto expectável,

questionou se já existe uma quantificação, ainda que preliminar, dos prejuízos apurados, ou uma estimativa global dos danos no concelho. Por fim, perguntou quais os procedimentos que o Município já desencadeou, ou prevê desencadear, e que propostas de medidas de apoio estão a ser preparadas, designadamente no apoio direto a famílias afetadas, acompanhamento do tecido empresarial e agrícola, e na articulação com a Administração Central, CCDR e demais entidades competentes, no sentido de assegurar o acesso a eventuais linhas de financiamento, fundos de emergência ou mecanismos extraordinários de compensação. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Ricardo Hipólito, que focando este período particularmente crítico, começou por sublinhar o trabalho dos autarcas, dos trabalhadores do Município, dos agentes da Proteção Civil e do corpo de bombeiros. No contexto das recentes intempéries, resgatou aquela que foi a sua intervenção na última sessão da Assembleia Municipal, que incidiu sobre a falta de limpeza de algumas linhas de água e valinhas no concelho – não para qualquer tipo de aproveitamento político, mas num sentido construtivo e de sensibilização. Focou em particular a valinha do Vale de Arraiolos, recordando que a Presidente da Câmara afirmou tratar-se de uma situação já devidamente assinalada, sendo que logo no dia seguinte ao da realização da Assembleia Municipal, foi publicado um *post* nas redes sociais da Câmara Municipal a realçar as intervenções de limpeza que estavam a ser levadas a cabo. No entanto, e infelizmente, essas ações de limpeza parecem não ter chegado a todas as valetas, muitas das quais permaneceram cheias de terra e ervas, obstaculizando a normal passagem e escoamento de águas. Chamou a atenção para o caso específico da Estrada Rural A7, que liga o Cabeço da Moeda ao Casalinho, em que alguns munícipes reportaram uma acumulação anormal de água, consequência do facto de muitas valetas, em determinadas zonas, estarem completamente inoperacionais, parcial ou totalmente obstruídas, como se verifica no aqueduto situado no cruzamento entre a Rua Marechal Costa Gomes e a mencionada Estrada Rural A7, ou na valinha junto ao cemitério. Face ao exposto, reiterou existir muito trabalho a ser feito pela autarquia, sublinhando que a falta de limpeza e manutenção das linhas de água e aquedutos pode causar ainda mais estragos em situações de intempérie. -----

--- Em seguida, interveio o senhor Deputado Ricardo Pedro, que em nome da bancada do Chega, deixou uma palavra de solidariedade para com todas as vítimas da recente tempestade, todas as pessoas que de alguma forma foram afetadas, nas suas habitações e nas suas vidas pessoais, dedicando igualmente uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que, por obrigação profissional ou por espírito voluntário, colaboraram no auxílio à comunidade e aos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade, realçando que esse caráter solidário e humanista, de irmão para irmão, amigo para amigo, vizinho para vizinho, é uma característica bem marcada do povo alpiarcense e português, que muito deve ser valorizada. -----

--- Pediu a palavra a senhora Deputada Ana Almeida, que aproveitou o momento para, em nome da bancada da CDU, endereçar um louvor ao Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça, pela distinção como Personalidade do Ano na área da cultura. -----

--- Interveio o senhor Deputado João Osório, que focando a recente extinção da Cooperativa AgroAlpiarça, efetivada no passado dia 12 de fevereiro de 2026, em reunião de Câmara, questionou qual a situação contratual dos dois trabalhadores que se encontram afetos à gestão do património até à data de liquidação, perguntando se o seu vínculo laboral cessou no dia 12 de fevereiro, ou se ocorreu uma transmissão de responsabilidade para outra entidade. Mais perguntou, relativamente a este período, quem suportou os respetivos salários, encargos e demais responsabilidades após a extinção da cooperativa, e se existe algum compromisso ou intenção de integrar esses trabalhadores noutra estrutura municipal. Referiu ter tido conhecimento da ocorrência de infiltrações no edifício do novo Posto da GNR de Alpiarça, inaugurado há sensivelmente quatro meses, pelo que passou a questionar em que data teve a Câmara Municipal conhecimento deste problema, e que avaliação técnica foi realizada para apurar as suas causas. Também aproveitou para perguntar qual foi o custo total da obra de construção do novo Posto da GNR, e a que entidade foi adjudicada, solicitando a respetiva documentação. Por fim, assinalou que o cuidado com o fardamento dos funcionários do Município, que era visível no início do primeiro mandato do Executivo do Partido Socialista, aparentemente tem-se vindo a esbater nos últimos anos, pelo que questionou quais as diligências que estão a ser tomadas ao nível do fardamento e dos equipamentos de proteção individual para os trabalhadores. -----

--- Para dar resposta às intervenções dos membros da Assembleia, foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, que começou pela intervenção da deputada Joana Marques, informou que o Concelho de Alpiarça foi incluído nos territórios abrangidos pelo estado de calamidade, a partir de 26 de fevereiro, na sequência da publicação do novo despacho que alarga a todo o território nacional um conjunto de medidas extraordinárias de apoio, desde que se faça prova de que os danos reportados resultam efetivamente da decorrência das recentes tempestades. Fazendo uma resenha das últimas semanas no território, enfatizou em particular as consequências devastadoras para o concelho da ocorrência da tempestade Kristin, com terrenos completamente alagados e esgotados na sua capacidade de absorção de água, e com condições muito favoráveis à ocorrência de inundações de maior dimensão, sendo que a imprevisibilidade destes fenómenos extremos deixa pouca margem de manobra para que os Municípios se possam preparar de antemão e acautelar a sua capacidade futura de recuperação. Assim, e com especial incidência na zona centro do país, o impacto da tempestade foi manifestamente gravoso, sobretudo ao nível de danos provocados em habitações privadas, equipamentos públicos e um completo desastre no que concerne à produção agrícola, sendo que o levantamento que está a ser feito em articulação com os agricultores do território aponta já para um prejuízo de cerca de 6.000.000€ - ainda assim aquém daquela que é a estimativa de danos em equipamentos e vias municipais. A partir do momento em que estes efeitos começaram a ser sentidos, e cumprindo escrupulosamente o Plano Municipal de Emergência aprovado, foi instalado um posto de comando da Proteção Civil, com todos os agentes que integram o Serviço Municipal de Proteção Civil,

para monitorização próxima da situação. Referiu que, numa primeira fase, o Município de Alpiarça não foi incluído no estado de calamidade decretado, argumentando que os critérios utilizados para definir os Municípios abrangidos foram passíveis de algumas críticas, desde logo porque a informação que sustentou tal decisão não partiu dos próprios territórios, mas da Proteção Civil nacional, de âmbito mais genérico. Depois de muita pressão e insistência, particularmente no seio da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, a abrangência geográfica do estado de calamidade decretado foi alargada, medida com uma importância substancial para o concelho, visto que viabiliza o acesso a apoios extraordinários por parte de particulares e empresas. Salientou, no entanto, que a avaliação e validação de candidaturas a estes mecanismos extraordinários recaem sobre os Municípios, sendo que alguns destes têm serviços inteiros exclusivamente dedicados a esta função. Pela especial relevância do setor para o concelho de Alpiarça, desde logo tomou a iniciativa de reunir com um conjunto de agricultores locais, que tiveram a oportunidade de reportar os danos e prejuízos sentidos, também ao nível da capacidade de exportação dos seus produtos, estando inclusivamente em causa o cumprimento de contratos internacionais que poderão eventualmente ser perdidos por incumprimento. A este respeito, indicou que mesmo antes de ser decretado o estado de calamidade, a Câmara Municipal de Alpiarça procedeu a um levantamento exaustivo dos danos decorrentes das tempestades, no que concerne ao setor agrícola, com os relatórios produzidos a serem posteriormente remetidos à CCDR-LVT, entidade que processa as candidaturas a apoios extraordinários e respetivos pagamentos, e diretamente ao Governo da nação. Paralelamente, o Município de Alpiarça está a preparar um fórum de debate, um encontro de agricultores da Lezíria do Tejo, para o qual foi também convidado o Ministro da Agricultura, além de um conjunto de entidades ligadas ao setor agrícola, para discutir algumas matérias relevantes sobre o setor de produção que mais impacta na região. No referente a particulares e empresas, o Município está a prestar informação útil acerca das plataformas disponíveis, para que possam ser submetidas as respetivas candidaturas. Relativamente a equipamentos municipais, revelou que foi possível mitigar alguns danos com recurso a meios próprios, sendo que noutros casos os recursos da autarquia, a nível humano e de maquinaria, são manifestamente insuficientes para proceder às reparações necessárias, as quais serão também alvo de candidatura no âmbito dos apoios extraordinários disponibilizados. No contexto destas intempéries, foi também lançado um novo instrumento financeiro, denominado PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência, ainda em construção, mas com um horizonte temporal bastante longo, até 2038, aguardando-se ainda a sua dotação financeira, definição das regras de acesso e critérios de elegibilidade. Passando a responder à intervenção do deputado Ricardo Hipólito, concordou com a importância de acautelar a limpeza de valinhas, aquedutos e linhas de água – quer aquelas que se encontram em espaço urbano, da responsabilidade direta do Município, quer as que se situam em espaço rural, cuja manutenção já não depende da Câmara Municipal. Ressaltou, no entanto, a manifesta impossibilidade de precaver convenientemente todas as consequências de um fenómeno extremo

como aquele que assolou a região, alegando que independentemente de as valinhas ou aquedutos estarem anteriormente limpos, ou não, os danos causados pela forte precipitação e ventos foram inevitáveis, observando-se em muitos casos que a força da água simplesmente arrancou aquedutos e arrasou valinhas inteiras, mesmo em zonas onde a água já não chegava há décadas. Perante este cenário, enalteceu o trabalho empenhado dos funcionários do Município, incansáveis na limpeza e abertura de valinhas e sumidouros para escoamento da água, evitando assim consequências ainda mais gravosas. Neste contexto, associou-se às palavras do deputado Ricardo Pedro, relativamente ao espírito solidário e de total entrega evidenciado pela comunidade, algo verdadeiramente assinalável e que merece ser reconhecido e valorizado. Agradeceu as palavras da deputada Ana Almeida, congratulando-se uma vez mais pela distinção outorgada ao Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça. Passando a responder ao deputado João Osório, esclareceu que os dois trabalhadores mencionados estão a prestar serviço ao Município por cedência de interesse público, um mecanismo que já foi renovado, sendo que neste momento estão a ser desencadeados os procedimentos para abertura de um concurso específico para estes trabalhadores, para integração no quadro de pessoal da autarquia. Acrescentou que a Câmara Municipal de Alpiarça foi a entidade responsável por assegurar os vencimentos e todos os direitos destes trabalhadores, desde a extinção formal da Cooperativa AgroAlpiarça. Em relação ao Posto da GNR, informou que foi requerida uma avaliação técnica do edifício, uma vez que a obra ainda beneficia do prazo de garantia estipulado, estando agora o Município a aguardar que da parte da empresa responsável seja dado um *feedback* acerca das intervenções necessárias para corrigir o problema identificado. Finalmente, no que diz respeito ao fardamento, referiu que foi recentemente efetuado um levantamento de todas as necessidades, sendo que a breve prazo o Vereador com o pelouro irá articular com o serviço de contratação um procedimento para aquisição de fardas para os funcionários da Câmara Municipal. -----

--- Pediu novamente a palavra o senhor Deputado João Osório, que na sequência do debate sobre este tema na última sessão da Assembleia Municipal, solicitou informação atualizada acerca dos imóveis adquiridos pelo Município ao abrigo do legado de Manuel Nunes Ferreira. Também requereu uma justificação para o valor, mencionado pela Presidente da Câmara, que supostamente corresponde a transferências efetuadas entre 2022 e 2025, de 746.063,29€. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, passou a informar que todos os apartamentos adquiridos em Almeirim, à exceção de um, já possuem contrato de arrendamento firmado. Quanto aos apartamentos em Santarém, foi dada nota à Câmara Municipal da sua conclusão, pelo que será desencadeado um procedimento de vistoria, para posterior agendamento das escrituras. -----

--- Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos da reunião. -----

--- **ORDEM DO DIA** -----

--- Ponto 01 – Informação escrita da Sra. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento. -----

--- A senhora Presidente da AM introduziu este ponto, dando a palavra aos membros da Assembleia que desejassem intervir. -----

--- Usou da palavra o senhor Deputado João Osório, que solicitou um esclarecimento acerca de uma reunião realizada no dia 25 de fevereiro, com deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, questionando se apenas a Presidente da Câmara de Alpiarça esteve presente, ou se a reunião foi alargada a outros autarcas da região. -----

--- Para resposta, foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, que clarificou que a reunião com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se cingiu apenas ao Município de Alpiarça, tendo sido por si solicitada junto da Direção do Grupo Parlamentar, com o objetivo de aferir o posicionamento do Partido Socialista relativamente à comunicação a ser feita ao Governo do levantamento dos prejuízos da tempestade Kristin a nível local, bem como sobre a eventual inclusão do Município de Alpiarça na área geográfica do estado de calamidade decretado. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da informação escrita da senhora Presidente da Câmara. -----

--- Ponto 02 – Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso 2025. Para conhecimento. -----

--- A senhora Presidente da Câmara passou a apresentar este ponto, explicando que o mesmo deriva de uma exigência legal, de estrito cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Aproveitou para dar conhecimento à Assembleia de que já foi dada indicação aos serviços municipais para expurgar deste documento os pagamentos cujo prazo de prescrição já foi ultrapassado, anteriores a 2013, sendo que o mesmo será efetuado no futuro em função da caducidade desse mesmo prazo. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado João Osório, que partilhou o seu entendimento de que o presente ponto da ordem de trabalhos deveria ser somente para conhecimento da Assembleia Municipal, pelo que adiantou que caso o mesmo seja colocado a deliberação, a bancada da CDU não irá participar da mesma, por entender que tal viola o consagrado no art.º 15.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Ademais, assinalou que uma eventual rejeição deste relatório apresentado pela Divisão Administrativa e Financeira do Município de Alpiarça não tem qualquer efeito prático. -----

--- Interveio o senhor Deputado Ricardo Hipólito, que em complemento, reforçou a ideia de que qualquer deliberação que venha a ser tomada pela Assembleia Municipal neste ponto não possui qualquer efeito prático, pelo que corroborou o entendimento de que o relatório em apreço será apenas para conhecimento do órgão. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, anuiu ao entendimento de que o presente relatório será

apenas para apreciação e conhecimento, uma vez que da parte dos serviços da Câmara Municipal também não foi dada uma indicação expressa de que o mesmo deveria ser sujeito a deliberação por parte da Assembleia Municipal. -----

--- **Conhecimento:** Dado conhecimento da informação. -----

--- **Ponto 03 – Aprovação do Mapa de Demonstração Orçamental (DDORC) – 2025. Para deliberação.** -----

--- Para apresentação deste ponto, tomou a palavra a senhora Presidente da Câmara, que explicou estar em causa a apreciação do Mapa de Demonstração Orçamental relativo ao exercício de 2025, para subsequente autorização da incorporação do respetivo saldo de gerência no Orçamento Municipal para 2026. -----

--- Aberta a discussão sobre este ponto da ordem de trabalhos, a senhora Presidente da AM deu a palavra ao senhor Deputado João Osório, que chamando a atenção para o valor do saldo de gerência a transitar para o exercício de 2026, de cerca de 2.400.000€, argumentou que embora a ideia de transferência de uma verba tão elevada possa parecer positiva, na verdade reflete aquilo que foi a incapacidade de executar o Orçamento Municipal do ano transato, sobretudo no que diz respeito a despesas de capital, que foram de cerca de 3.160.000€, para uma receita de capital que ascendeu a sensivelmente 6.000.000€. Perante o exposto, questionou quais os investimentos mais relevantes que ficaram por executar, quais as obras cuja execução transitou para o Orçamento de 2026, e se existem fundos comunitários em risco de reprogramação. -----

--- Para resposta, tomou a palavra a senhora Presidente da Câmara, que começou por realçar que o documento em apreço não apresenta qualquer tipo de juízo de valor ou classificação positiva ou negativa relativamente ao valor do saldo de gerência a transitar, limitando-se a expor um facto objetivo, que não deixa de ser transversal à maioria dos Municípios, sobretudo em anos em que se verificam maiores constrangimentos a uma mais plena execução das verbas orçamentadas. No que concerne a projetos financiados ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, explicou que a fatia mais substancial que transita para o Orçamento Municipal de 2026 diz respeito ao “Primeiro Direito” e à reabilitação das habitações no Bairro dos Quarenta e Seis Fogos, não deixando de ressaltar os vários obstáculos que têm vindo a ser colocados, não pelo Município, mas por entidades externas, e que têm atrasado sobremaneira um processo que já deveria estar numa fase mais adiantada, inclusivamente com a efetivação da entrega das primeiras habitações requalificadas. Vincou, porém, ser expetativa da Câmara Municipal que este investimento possa ser plenamente concretizado em 2026, respeitando os prazos definidos no âmbito do PRR. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 9 votos a favor do PS, e com 6 abstenções, a saber, 5 da CDU e 1 do Chega. -----

--- **Ponto 04 – Modificação Orçamental – Revisão Orçamental n.º 1. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Câmara apresentou este ponto, explicando estar em cima da mesa a proposta de modificação orçamental que decorre da necessidade de integração do saldo de gerência do exercício anterior.

--- Usou da palavra o senhor Deputado João Osório, que realçou que a proposta em apreço é muito mais do que um ajuste técnico para incorporação do saldo de gerência transitado, uma vez que, e na sequência de algo apontado na sessão da Assembleia Municipal de dezembro de 2025, aquando da discussão dos documentos previsionais, aparecem inscritos 14.000.000€ adicionais, com financiamento não definido, nas dotações corrigidas, relativamente a habitação. Deste ponto de vista, declarou que teria sido mais legítimo que a versão inicial do Orçamento Municipal para 2026, apresentada em dezembro de 2025, já contemplasse este valor, entendendo-se ter existido uma intenção de o ocultar à Assembleia Municipal. Perante o exposto, perguntou diretamente quais as razões objetivas para este valor de 14.000.000€ não ter sido inscrito no Orçamento inicial, qual o modelo de financiamento deste valor, que impacto terá nos encargos futuros do Município, e que garantias pode a Câmara Municipal oferecer de que esta revisão orçamental não evidencia falhas graves de planeamento que não se poderão voltar a repetir. -----

--- Para resposta, foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, que esclareceu que a opção que o deputado João Osório entende que seria mais legítima e transparente, acabaria, no fundo, por falsear a realidade, uma vez que não existia, à data, qualquer sustentação legal ou mecanismo de financiamento definido que pudesse justificar a inclusão desta verba de 14.000.000€ no Orçamento inicial da Câmara Municipal. Por outro lado, também não existia qualquer garantia de efetiva execução destes 14.000.000€, tendo em consideração a aproximação do final do prazo para execução destes investimentos ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência. Por conseguinte, partilhou a sua visão de que seria, no mínimo, pouco ético inscrever em Orçamento Municipal uma verba desta dimensão, empolando a vertente da receita, sem qualquer garantia relativamente à sua execução. A este respeito, indicou que a informação escrita previamente apreciada pelos membros da Assembleia Municipal contém um registo de uma reunião realizada no passado dia 10 de janeiro, com a Secretária de Estado da Habitação, que teve exatamente por objetivo debater alguns assuntos pendentes, no que concerne à habitação no Município. Na sequência dessa reunião, ficou claro que existem novos mecanismos de financiamento alternativos ao PRR, tendo inclusivamente sido comunicada pelo Governo a negociação de linhas de financiamento com o Banco Europeu de Investimento, com critérios de cobertura remanescente por parte do Estado, com um encargo insignificante para os Municípios que já tenham projetos devidamente maturados nesta área. Consequentemente, e perante estas alternativas que melhoram as expetativas de concretização deste investimento estruturante, o Executivo da Câmara Municipal tomou a decisão de integrar esta verba no âmbito desta modificação orçamental, ainda que com financiamento não definido. -----

--- Pediu novamente a palavra o senhor Deputado João Osório, que alertou que um eventual financiamento através do Banco Europeu de Investimento não é mais do que um empréstimo bancário cujos encargos recaem sobre o Município. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, explicou que ainda se encontra em curso a negociação

entre o Estado e o BEI, estando em vista um conjunto de condições mais vantajosas do que aquelas que são tradicionalmente oferecidas pelo Banco Europeu de Investimento nas suas linhas de financiamento. -----

--- Foi dada uma vez mais a palavra ao senhor Deputado João Osório, que questionou se a Presidente da Câmara poderá eventualmente acrescentar alguns elementos a esta informação relativamente às taxas previstas para o empréstimo BEI, tendo em conta que desde a data da realização da última sessão da Assembleia Municipal, o único dado novo sobre este assunto é relativo a uma reunião com a Secretária de Estado. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, em resposta, explicitou que a reunião tida com a Secretária de Estado fez toda a diferença no desenvolvimento deste processo, estando na base da decisão tomada pelo Executivo de contemplar em Orçamento Municipal para 2026 a verba anteriormente mencionada. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 9 votos a favor do PS, e com 6 abstenções, a saber, 5 da CDU e 1 do Chega. -----

--- **Ponto 05 – Relatório Anual 2025 da CPCJ de Alpiarça. Para conhecimento.** -----

--- A senhora Presidente da AM procedeu à apresentação deste ponto, ressaltando desde logo que no relatório remetido pela CPCJ foram identificadas algumas incongruências e outros aspetos que não estarão tão claros quanto seria expectável. A este propósito, informou a Assembleia Municipal que no dia 23 de fevereiro enviou um *e-mail* a solicitar uma clarificação adicional acerca de alguns pontos do relatório, nomeadamente no que diz respeito ao número de reuniões da comissão alargada e aos critérios de avaliação, relativamente à interligação com as entidades com competência em matéria de proteção e prevenção em saúde, com uma resposta a ser facultada pela Presidente da CPCJ no dia seguinte, com os esclarecimentos pretendidos. Por fim, não deixou de manifestar a sua preocupação com a taxa de incidência de casos sinalizados em Alpiarça, de cerca de 10%, declarando que apesar de dentro da média nacional, estas estatísticas deverão merecer a melhor atenção por parte dos intervenientes. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado António Paulino, que relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, proferiu a intervenção que consta integralmente do documento que foi posteriormente anexado à presente ata. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento do relatório. -----

--- **Ponto 06 – Plano de Atividades 2026 da CPCJ de Alpiarça. Para conhecimento.** -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento do plano de atividades. -----

--- **Ponto 07 – Leitura, discussão e votação das Atas da Assembleia Municipal realizadas nos dias 29 de dezembro de 2025 e 12 de janeiro de 2026. Para deliberação.** -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Ricardo Hipólito, que sem deixar de referenciar a qualidade da redação da mesma, deixou alguns reparos ao conteúdo da ata da reunião da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2025, alegando que alguns assuntos especificamente abordados nas suas intervenções não

estarão convenientemente explanados, principalmente no que concerne à limpeza de linhas de água, a uma referência expressa à valinha do Vale de Arraiolos, e a resposta posteriormente fornecida pela Presidente da Câmara, dando conta de que esta era uma situação identificada e em acompanhamento. Por outro lado, o texto da ata também não faz referência ao acolhimento por parte do Vereador com o pelouro das sugestões deixadas relativamente às funcionalidades no *site* da biblioteca municipal, no que concerne à inoperacionalidade da biblioteca digital e do catálogo relativo às redes de bibliotecas municipais. -----

--- **Deliberação:** Postas a votação, as atas foram aprovadas por unanimidade dos elementos presentes nas referidas reuniões. -----

--- **Ponto 08 – Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos membros da Assembleia para apresentação de documentos. -----

--- **Foi apresentada uma Moção que pede ao Governo a criação e disponibilização urgente de medidas e linhas de apoio financeiro que permitam comparticipar os custos de recuperação dos danos causados pela intempérie, pelo senhor Deputado Celestino Brasileiro, da Bancada da CDU.** -----

--- A propósito desta moção, interveio o senhor Deputado Ricardo Hipólito, que aproveitou a oportunidade para realçar que muitos dos trabalhos para recuperação dos prejuízos causados pelas recentes tempestades estão a ser levados a cabo por migrantes, que de acordo com a visão de algumas forças políticas e cidadãos, não são considerados necessários à comunidade. Também enfatizou ser esta uma boa oportunidade para ponderar a adoção de outro tipo de práticas, especialmente no que concerne à utilização de plástico na produção agrícola, ou ao acúmulo indevido destes resíduos em caminhos e zonas florestais, incrementando sobremaneira o risco de incêndio. -----

--- Pediu a palavra a senhora Presidente da Câmara, que reforçando, neste ponto, aquela que é a preocupação generalizada com o setor agrícola, indicou que o encontro de agricultores a que fez referência no período antes da ordem do dia tem exatamente por objetivo perceber a abrangência dos apoios extraordinários que estão a ser disponibilizados ao abrigo do estado de calamidade decretado, uma vez que muitos dos prejuízos reportados derivam das inundações subsequentes à ocorrência da tempestade Kristin, pelo que importa clarificar alguns pontos específicos. Deu como exemplo a necessidade de aferir se irá ser financiada a reposição do capital produtivo, ou tão somente a reposição de infraestruturas. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a moção foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Foi retirada a Moção pela Integração de todos os Municípios Afetados no Estado de Calamidade e pela Aplicação Universal dos Apoios Extraordinários, pela Bancada do PS.** -----

--- **Foi apresentada uma Moção de Congratulação pela eleição de António José Seguro para Presidente da República, pelo senhor Deputado António Paulino, da Bancada do PS.** -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a moção foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor, a saber, 9 votos do PS e 4 da CDU, e com 1 abstenção do Chega, e uma ausência de um deputado da CDU. -----

--- **Foi apresentada uma Moção de congratulação pela excelência desportiva da modalidade de Ciclismo do Clube Desportivo “Os Águias” de Alpiarça, pelo senhor Deputado Bruno Cunha, da Bancada do PS. -----**

--- **Deliberação:** Posta a votação, a moção foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Foi apresentada uma Moção de Solidariedade e Reconhecimento para com todos os munícipes, instituições, associações e agentes económicos afetados pelas recentes condições meteorológicas adversas que atingiram o país e que também se fizeram sentir de forma significativa no concelho de Alpiarça, pela senhora Deputada Ana Marques, da Bancada do PS. -----**

--- **Deliberação:** Posta a votação, a moção foi aprovada por unanimidade. -----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO -----**

--- Terminada a Ordem do Dia, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao segundo período destinado à intervenção do público. Não se registaram pedidos de intervenção neste período. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----**

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Deputada Municipal Vânia Cardoso para leitura da minuta da ata, a qual foi posteriormente colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram vinte e uma horas do dia 26 de fevereiro de 2026. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Presidente da Mesa Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira _____

--- 1.ª Secretária Vânia Cristina Gandra Almeida Martins Cardoso _____

--- 2.º Secretário Pedro Gonçalo Fidalgo Neves _____

Alpiarça, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis. -----

A Presidente da Assembleia Municipal _____

1.ª Secretária _____

2.º Secretário _____